



Número: 0601076-20.2024.6.16.0000

Classe: TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE

Órgão julgador colegiado: Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral

Órgão julgador: Relatoria Des. (a) Eleitoral Jurista 1

Última distribuição : 06/10/2024

Valor da causa: R\$ 0,00

Relator: DES. ELEITORAL JULIO JACOB JUNIOR

Assuntos: Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais, Direito de Resposta

Objeto do processo: Da decisão exarada nos autos de Petição Cível nº 0601076-20.2024.6.16.0000, que: "Ademais, interposto recurso, pela parte requerida, com pedido de efeito suspensivo. A análise do pedido de efeito suspensivo deverá ser realizada pelo TRE/PR, conforme artigo 38 da Resolução TSE 23.608/2019." (Petição Cível, com pedido de remessa urgente ao TRE por Angélica de Carvalho Olchaneski de Mello, Amin José Hannouche e Rádio Graúna Ltda-Me, com fulcro no artigo 38 da Resolução 23608/19 TSE, requerendo a análise do pedido de efeito suspensivo pela Turma competente, vindo a conceder efeito suspensivo ao recurso eleitoral interposto nos autos mencionados, com a consequente a suspensão dos efeitos da sentença do processo DIREITO DE RESPOSTA 0600778-47.2024.6.16.0026. RE14

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SILVANA CRISTINA ADRIANO (REQUERENTE)		MARIA ISABEL MONTEIRO (ADVOGADO) LUIS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES (ADVOGADO) THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA (ADVOGADO)	
THAIS TAKAHASHI (REQUERIDA)		ALESSANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) JOSE LUIZ RODRIGUES SANTOS SILVA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data	Documento	Tipo
44114073	06/10/2024 16:22	Decisão	Decisão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

TUTELA CAUTELAR ANTECEDENTE (12134): 0601076-20.2024.6.16.0000

ASSISTENTE: SILVANA CRISTINA ADRIANO

Advogados do(a) ASSISTENTE: MARIA ISABEL MONTEIRO - PR83144, LUIS GUSTAVO FERREIRA RIBEIRO LOPES - PR36846-A, THAIS FERNANDA MARIANO DE PAIVA - PR94043-A

ASSISTENTE: THAIS TAKAHASHI

RELATOR: DES. ELEITORAL JULIO JACOB JUNIOR

DECISÃO

1. Trata-se de tutela cautelar recursal proposta por ANGÉLICA DE CARVALHO OLCCHANESKI DE MELLO, AMIN JOSÉ HANNOUCHE e RÁDIO GRAÚNA LTDA-ME visando a concessão de liminar de tutela cautelar para o fim de conceder efeito suspensivo ao recurso eleitoral interposto nos autos DR nº 0600777-62.2024.6.16.0026, com a consequente suspensão dos efeitos da sentença desse processo.

Na r. sentença, o Juízo de origem julgou procedente o pedido de direito de resposta formulado por **THAIS TAKAHASHI** nos autos DR nº 0600778-47.2024.6.16.0026, em face de **SILVANA CRISTINA ADRIANO**, determinando que a representante produzisse novo vídeo, como forma de reparação ao conteúdo inverídico veiculado nas redes sociais, com os dizeres contidos no texto indicado por este Juízo, o qual deveria ser compartilhado pela representada em suas redes sociais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Devidamente intimada nos autos DR nº 0600778-47.2024.6.16.0026, a representante apresentou anexa à petição de id. 125320742, o material a ser publicado, atendendo ao comando contido na r. sentença.

Em nova petição, id. 125368458, daqueles autos, a representante noticiou não ter ocorrido o cumprimento da r. sentença pela representada, com a publicação do vídeo com a manifestação da representante em seu direito de resposta.

Ao final, a requerente pugna pelo deferimento liminar de tutela cautelar para conceder efeito suspensivo ao recurso eleitoral interposto nos autos DR nº 0600778-47.2024.6.16.0026, com a consequente suspensão dos efeitos da sentença naqueles



autos, até a decisão do referido recurso.

É o relatório.

2. Quanto aos requisitos para propositura da medida, o artigo 17 do Código de Processo Civil assim dispõe:

Arg. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.

Nos presentes autos, constata-se que a Tutela Cautelar Antecipatória foi proposta por ANGÉLICA DE CARVALHO OLCHANESKI DE MELLO, AMIN JOSÉ HANNOUCHE E RÁDIO GRAÚNA LTDA-ME.

Ocorre que nenhum dos Impetrantes fazem parte da relação processual originária, o que atrai a ilegitimidade de parte.

Nessa senda, nos termos do inciso I, art. 485, do Código de Processo Civil, **deixo de acolher o pedido formulado e indefiro a petição inicial.**

3. Em conclusão, não estando presentes os requisitos do art. 17 do Código de Processo Civil, **julgo extinto o presente feito, sem resolução de mérito, com fulcro no inciso I, art. 485 do Código de Processo Civil.**

4. Comunique-se, da maneira mais célere, essa decisão ao Juízo da 26ª Zona Eleitoral de Cornélio Procópio/PR.

5. Intimem-se.

6. Autorizo a Secretaria Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

JULIO JACOB JUNIOR

Desembargador Eleitoral

Relator

